

Deputados fazem ato contra serviço precário de telefonia

Manifestação terá presenças da OAB-SE, Defensoria Pública e Procon

Os deputados que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia participam nesta quarta-feira, 21, no calçadão da Rua João Pessoa (cruzamento com a São Cristóvão), de um ato em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SE), Defensoria Pública, Procon e Prefeitura de Aracaju. O objetivo é esclarecer a população sobre abusos cometidos pelas operadoras de telefonia celular (fixo e móvel) em Sergipe. O ato começa a partir das 8 horas.

Presidida pelo deputado estadual Venâncio Fonseca, e com a relatoria do deputado Augusto Bezerra, a CPI que

investiga problemas enfrentados pelos usuários do serviço de telefonia tem realizado audiências para ouvir a população e entidades representativas da sociedade. As oitavas têm sido realizadas na sala das comissões 'Deputado Guido Azevedo'.

Os deputados se reuniram com representantes das associações dos Municípios da região Centro-Sul e da Região da Barra do Cotinguiba e da Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema). Nesta quinta-feira, 22, serão ouvidos representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Telefonia (Sinttel) e da Federação dos Trabalhadores Rurais de Sergipe (Fetase).

No dia 28, a Comissão Parlamentar de Inquérito vai ouvir Odiley Araujo Borges, representante da Anatel, além do defensor público geral Raimundo José Oliveira Veiga.

A CPI volta a se reunir no dia 29 de agosto para a oitava do promotor público federal José Rômulo Silva (Direitos Humanos). No dia 5 de setembro será a vez da Federação do Comércio do Estado de Sergipe, através do seu presidente, Eduardo Prado de Oliveira. A CPI prossegue os trabalhos no dia 10 de setembro com a participação do Ministério Público de Sergipe (MPE). As oitavas continuam no dia 12 de setembro com as participações de represen-

tes das operadoras de telefonia Oi, Vivo, TIM e Claro.

O deputado estadual Jefferson Andrade, membro da comissão, destaca avanços que vem sendo obtidos pela CPI da Telefonia, instalada em todos os Estados para apurar os problemas enfrentados pelos usuários. "A intenção da CPI é melhorar a relação entre operadoras e usuários. Queremos rediscutir essa relação e baratear a tarifa. Um serviço que cobra valores acima do padrão mundial não deveria oferecer uma conexão tão ruim, cheia de falhas", comentou. Também integram a CPI os deputados estaduais Zezinho Guimarães (vice-presidente) e Zé Franco.

Vereador insistirá na CPI

Max Augusto
DA EQUIPE JC

O vereador Emmanuel Nascimento (PT) pretende insistir na criação de uma CPI para investigar o transporte público. A proposta foi defendida pelo vereador Max Prejuízo (PSB), mas o requerimento protocolado por Max não possuía oito assinaturas de vereadores - o número mínimo necessário para abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito. Emmanuel avalia que o presidente da Câmara, Vinícius Porto (DEM), não deveria ter recebido o requerimento, e vai apresentar um recurso à decisão da Mesa Diretora da Câmara.

O grande problema é que uma vez protocolado o requerimento para abertura de CPI, caso ele seja negado, pedido semelhante só pode

ser reapresentado na próxima legislatura, ou seja, em 2014. O recurso protocolado na última segunda-feira por Emmanuel Nascimento será votado pelo plenário da casa, em data ainda não definida. Se for aceito pelos vereadores, o requerimento de CPI poderá ser apresentado novamente este ano.

"O objetivo é reabrir a CPI, queremos mostrar que a presidência errou ao prejudicar o requerimento de abertura da CPI, e portanto há possibilidade de reapresentar o pedido de CPI ainda nesta legislatura", disse Emmanuel. Questionado se ele pretende reapresentar o pedido feito antes por seu colega Max Prejuízo, Emmanuel disse apenas que vai aguardar a decisão do plenário. Depois ele avaliará as consequências.

Emmanuel apresentou um

recurso explicando que o art. 42 do Regimento Interno da Câmara prevê que uma Comissão Parlamentar de Inquérito só pode ser aberta por requerimento assinado por 1/3 dos vereadores da Casa. No documento ele também deixa claro que o requerimento apresentado por Max Prejuízo não se enquadra dentro das possibilidades de receber o carimbo de "prejudicado" - hipótese prevista no artigo 183 do Regimento Interno da Casa.

Investigação

O vereador Max Prejuízo considerou importante a atitude de Emmanuel e disse que continua apoiando a criação da CPI. "Emmanuel tem uma experiência de 24 anos na Câmara de Aracaju e se ele acha que isso é possível, tudo bem. Minha preocupação é de que a CPI seja realizada,

pois esse caos no transporte acontece desde 1988, quando a Constituição determinou a obrigatoriedade de licitação, mas seis prefeitos passaram pela Prefeitura sem que ninguém realizasse essa licitação", disse Max.

Já o presidente da Câmara, Vinícius Porto (DEM), explicou que não é contra a realização da CPI, mas lembrou que o requerimento apresentado não possuía o número mínimo de assinaturas. "O vereador apresentou o requerimento com sete assinaturas, recebemos e demos como prejudicado por não possuir as oito assinaturas. Ele não poderia deixar de apresentar porque defendeu publicamente a proposta e a Câmara não poderia deixar de receber qualquer requerimento", disse o presidente da Casa.

